

EXTRATO DA ATA DA 04ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2020.

Aos vinte e dois dias do mês de abril de 2020, às 14 horas, foi realizada a 4ª reunião extraordinária virtual do Conselho Superior do Ministério Público, por meio de webconferência via *Microsoft Teams*, presentes o Procurador-Geral de Justiça, Doutor Mário Luiz Sarrubbo, a Corregedora-Geral do Ministério Público, Doutora Tereza Cristina Maldonado Katurchi Exner, bem como os Conselheiros eleitos, nomeados na ordem decrescente de antiguidade, Doutores Oscar Mellim Filho, Antônio Carlos Fernandes Nery, Tiago Cintra Zarif, Mônica de Barros Marcondes Desinano, Pedro Henrique Demercian, Vidal Serrano Nunes Junior, Luiz Antonio de Oliveira Nusdeo, Arual Martins e José Carlos Cosenzo, desenvolveram-se os trabalhos conforme registrado a seguir. **1- ABERTURA, CONFERÊNCIA DE QUORUM E INSTALAÇÃO DA REUNIÃO:** Presentes Conselheiros em número suficiente à realização da sessão, instalou-se a reunião, sob a presidência do Conselheiro Sarrubbo. **2 - LEITURA, VOTAÇÃO E ASSINATURA DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** Aprovada, sem ressalvas, a ata da 3ª Reunião Extraordinária do Colegiado, ocorrida em 14 de abril de 2020, dispensando-se sua leitura, posto que enviada a respectiva minuta, antecipadamente, a todos os Conselheiros. **3 - LEITURA DO EXPEDIENTE E COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE:** O Conselheiro Presidente saudou os presentes na reunião *online*. **3.1.** O Conselheiro Presidente aferiu que esse momento em que começa a presidir a reunião do Conselho é um momento muito especial assim como foi na posse perante o Órgão Especial do Colégio de Procuradores. Estou feliz por assumir o cargo de Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Ministério Público e quero dizer que se trata de um momento de responsabilidade, no âmbito interno da Instituição e âmbito e externo devido à pandemia, e que precisamos promover urgente mudança na atividade-fim e unidade na atividade-fim e que devemos buscar a união interna. O Ministério Público brasileiro vive um momento muito especial e estamos sob sério risco das nossas garantias e prerrogativas, e teremos momentos difíceis pela frente. Para enfrentarmos esses momentos difíceis precisamos de muita união interna. Assumo com o propósito de pacificação, união e deixando claro o meu mais absoluto respeito à Instituição e ao cargo de Procurador-Geral de Justiça, que passa a ser minha prioridade absoluta da minha vida funcional, em primeiro lugar estão o Ministério Público e a Procuradoria-Geral de Justiça. Quero registrar que sempre tive o Ministério Público como primeira obrigação em termos de trabalho dedicação. Deixo aqui registrado o meu respeito à Instituição Ministério Público de São Paulo, à Procuradoria-Geral de Justiça, ao Órgão Especial do Colégio de Procuradores, ao Conselho

Superior e à Corregedoria-Geral, que são órgãos de administração e com quem espero, através de muito diálogo conduzir o MP nos próximos dois anos. Quero expressar novamente o meu respeito ao Órgão Especial do Colégio de Procuradores, meu mais absoluto respeito à Corregedoria-Geral, em especial à Corregedora-Geral, Dra. Tereza Exner, e o meu mais absoluto respeito ao Conselho Superior. Quero que tenhamos bons momentos juntos, de diálogo produtivo em prol da nossa Instituição. Vou trazer a este órgão Colegiado os passos a serem dados e ouvi-los. Vou vir a esse conselho como órgão de aconselhamento da nossa gestão pois o Conselho congrega membros legitimamente eleitos pela classe, pelo Órgão Especial com a Corregedoria-Geral e não quero perder a oportunidade de tê-los ao lado da PGJ na construção desse novo MP, na melhoria e avanço do nosso Ministério Público. Vejo com muita alegria e importância a divergência, a oposição e que se expressem as contrariedades nesse Colegiado porque isso nos leva adiante, aprimora e faz com que erremos muito menos, e que eu não tenha a possibilidade de errar nos próximos dois anos. Conto com esse Colegiado e com a Corregedoria, com quem pretendo dialogar bastante e ouvir bastante e fazer o melhor pela nossa Instituição. Tenho uma leitura muito clara do ocorrido no processo eleitoral e quero expressar meu respeito e voto do mais profundo respeito e admiração pelo adversário, Dr. Antônio Carlos da Ponte, colega muito querido e que tinha todas as condições de assumir o cargo. Desde o início do processo eleitoral nosso MPSP não teria nenhum risco porque quem quer estivesse à frente da PGJ, o MP avançaria, e avançaria muito. Quero consignar meu mais profundo respeito e admiração por meu adversário no pleito eleitoral e meu companheiro nesse processo de modernização e mudança da Instituição, Dr. Antônio Carlos da Ponte. Faremos as mudanças necessárias, depois de uma leitura muito clara do processo eleitoral. É preciso mudar, e é preciso mudar a Administração Superior do MP nos próximos dois anos. Adianto que farei uma mudança significativa na estrutura do gabinete, com diminuição da quantidade de assessores afastados, à disposição da PGJ. Vamos investir no assessor descentralizado para que não se perca a necessária qualidade do serviço do Gabinete porque é importante. Informou a manutenção da estrutura do gabinete atual até 30 de abril e a partir de maio assumiremos com um novo gabinete, com um número muito menor de assessores. Vamos trabalhar para que a Procuradoria-Geral de Justiça formule e proponha política nos mais variados campos de atuação do nosso Ministério Público. Falhamos nesse aspecto no passado e é hora do Procurador-Geral formular e propor política. E como fica a independência funcional? Após a proposição de política de atuação virá o diálogo, aperfeiçoamento e assim teremos uma política de Ministério Público, sempre através do diálogo, para construirmos um

Ministério Público mais atuante e mais protagonista. Quero dizer que não exitaremos em nos posicionar acerca de temas de interesse social, com muita responsabilidade e dialogo interno, para exteriorizar a posição da PGJ, porque entendemos que isso é muito importante para aquilo que a nossa instituição representa para a sociedade, e não podemos nos omitir em certos momentos, como nos manifestamos fortemente acerca da volta do AI-5, da ditadura, pois entendemos que não poderíamos deixar de nos manifestar, pois o Ministério Público é o defensor do estado democrático de direito e fiador da democracia. Amanhã publicaremos um ato com o gabinete de crise pois entendemos que é muito importante neste momento, que a PGJ e os órgãos de Administração Superior, cada um indicando um representante, Conselho Superior, Corregedoria, Órgão Especial, Ouvidoria e um representante de cada área sensível da pandemia, junto com um corpo de profissionais médicos renomados, que darão o suporte da medicina, informações da saúde, para que a partir desse gabinete irradiemos as melhores políticas para enfrentar a pandemia, para darmos a tranquilidade ao colega para atuar dentro da sua independência funcional, sabendo que os órgãos da Administração Superior pensam dessa ou daquela forma. E com o suporte da área médica teremos ainda mais segurança para avançarmos. Claro que nós do Ministério Público teremos que intervir dentro de nossas atribuições e responsabilidades, mas a orientação deve vir da ciência e da medicina, sempre abertos ao diálogo e discutirmos as variações. Teremos promotores dos direitos humanos (saúde educação, inclusão social, infância), criminais (tendo em vista o aumento da violência doméstica contra idoso, crianças), meio ambiente, habitação. Vamos procurar nos posicionar e irradiar essa posição para toda a classe para atuarem com tranquilidade da melhor forma. Estamos monitorando a cidades onde os prefeitos não querem respeitar os limites para evitar a contaminação do povo pelo Covid19, por exemplo, São José dos Campos, um problema sério, já que o prefeito da cidade está liberando a abertura integral do comércio, tendo o colega de lá atuado muito bem, e já sinalizamos que deve prevalecer o decreto estadual podendo os municípios regulamentarem, mas nunca liberarem as restrições do decreto estadual, conforme interpretação recente do Supremo Tribunal Federal. Fizemos um aviso e o submetemos à Corregedora-Geral, que o aprovou, possibilitando aos colegas um pouco mais de tranquilidade para atuar. O Gabinete de Crise está disposto até mesmo ajuizar uma ADIn em determinados casos ou até mesmo o caso de uma Reclamação. Não nos omitiremos nesta questão da pandemia. Registrou sua alegria e que conta com cada um dos conselheiros e conselheiras para fazermos o melhor para nossa Instituição e chegar em 2022 e entregar um Ministério Público muito melhor que o recebemos. Tenho certeza de que teremos um ambiente

de muita harmonia, debate e diálogo e que faremos história com essa gestão juntos no Conselho Superior do Ministério Público. Agradeceu Dra Tereza pela recepção e que espera fazer o mesmo pelos integrantes do Conselho Superior do Ministério Público. **3.2.** Ciência do falecimento do Senhor Lucio Antônio Totaro, pai do Doutor Thiago Garcia Totaro, 2º Promotor de Justiça de Mairinque, em 30/03/2020; e do Doutor Roberto Pinheiro Machado Nogueira, Procurador de Justiça Aposentado, em 25/02/2020 e comunicado à APMP em 02/4/2020. Ficam expressos os votos de condolências que serão consignados formalmente nesta ata e serão formalmente comunicados às famílias enlutadas dos colegas cujos nomes foram registrados. **4 -**

COMUNICAÇÕES DOS CONSELHEIROS: Cumprimentos individuais dos Conselheiros a todos os participantes da reunião realizada por *webconferência* via *Microsoft Teams*. **4.1.** Antes da comunicação dos Conselheiros, o Conselheiro Secretário Cosenzo, postulou ao Presidente, ante a relevância do assunto tratado no Gabinete de Crise do COVID-19, considerando que foi colocada uma vaga nesse gabinete para o Conselho Superior e considerando que o Conselheiro Vidal manifestou o interesse em ser o representante deste Colegiado, pediu permissão ao colegiado e indica-lo e ser submetido a exame deste. O Conselheiro Cosenzo sustentou que, além da manifestação de interesse do Conselheiro Vidal, este preenche os requisitos para colaborar como representante do Conselho Superior, considerando seu vasto conhecimento científico e jurídico nessa área, com várias obras publicadas. A proposta foi aprovada por unanimidade, com a aceitação e o agradecimento Dr. Vidal Serrano Nunes. **4.2.** O Conselheiro Mellim cumprimentou o Procurador-Geral e o elogiou por suas palavras e seus primeiros dias e desejar uma ótima administração no Ministério Público. Elogiou-o por se tratar de um colega experiente, dinâmico, capacitado e que prestou grandes serviços à Instituição, especialmente à frente da Subprocuradoria-Geral durante largo período, e com capacidade de muita combatividade. Citando as palavras do Procurador-Geral, vivemos um momento muito difícil, conflituoso externamente na política e com reflexos importantes dentro do Ministério Público onde as divisões passam a fazer parte da vida institucional de todos. Entretanto é o momento de depormos as armas e darmos atenção total para as almas e, sobretudo, olharmos para a nossa volta e abaixo de nós para outras instituições e pessoas que estão precisando do nosso Ministério Público, tal como está acontecendo nesse momento triste e importante da vida brasileira em relação à saúde pública. O universo do Ministério Público não pode ser uma casca de noz. Ofereceu ao Dr. Mário Sarrubbo a nossa contribuição e o nosso trabalho do Conselho Superior do Ministério Público, de sua parte e talvez dos demais conselheiros, com a certeza de que o céu ficará menos cinzento para a Instituição e para a nação. Registrou seus votos

de felicidade e sua torcida para que exerça uma excelente gestão em benefício do Ministério Público e da sociedade. O Procurador-Geral de Justiça agradeceu ao Conselheiro Mellim e registrou que iremos trabalhar bastante pela união da Instituição, desde o mais novo Promotor de Justiça Substituto até o mais antigo membro do Órgão Especial, e saudou todos os servidores na pessoa da funcionária Ivanise, que conhece desde a época em que foi eleito Conselheiro e integrou o Conselho Superior. **4.3.** O Conselheiro Antônio Nery registrou que temos que ter uma visão de Ministério Público, assim como na última reunião cumprimentamos de forma unânime o Procurador-Geral de Justiça que deixava um honroso e espinhoso cargo, por dois mandatos consecutivos, independente de qualquer questão pessoal de decisão tomada, mas pela honra, nobreza e consideração que temos por quem exerce função institucional e que se dispõem a trabalhar em prol dos colegas e da sociedade. Desejou feliz e exitosa gestão à frente da Procuradoria-Geral de Justiça porque seu êxito reflete em benefício dos colegas e da sociedade. Agradeceu as gentis palavras dirigidas ao Colegiado, proferidas de maneira cavalheiresca, cumprimentando seu adversário, porque só quem tem grandeza como Dr. Sarrubbo tem se portam dessa forma, de maneira impessoal e com amor desmedido à Instituição. Falou bem ao dizer que o Conselho Superior é, e seremos coadjuvantes na administração da Procuradoria-Geral de Justiça pois estamos aqui para servir, não sermos servidos. Não tenho dúvidas disso porque todos nós conselheiros, do mais novo ao mais antigo, estamos aqui juntos para enfrentar com serenidade as questões magnas que temos pela frente neste momento difícil. A sua posse foi uma posse especial e virtual, o que mostra a especialidade do momento. Todos somos sensíveis pois quem escolhe ser Promotor já tem uma sensibilidade aguda pela escolha da feliz carreira da função magna de promover a Justiça entre nossos semelhantes. Colocou-se à disposição para ajudar o PGJ para ajudar a todos e abertos ao diálogo, a divergir eventualmente mas sempre para fazer o melhor a todos e à sociedade. Parabenizou-o pela nomeação e desejou felicidades. O Conselheiro Sarrubbo agradeceu as palavras e reiterou o desejo de trabalharmos juntos. **4.4.** O Conselheiro Tiago saudou o Dr. Mário Sarrubbo e desejou-lhe sucesso na empreitada de chefia da Instituição. Salientou que já trabalharam juntos quando ele estava no Centro de Apoio Cível e o Dr. Sarrubbo estava à frente da Subprocuradoria, apoiando o CAO Cível quando eram levados pleitos à Procuradoria-Geral, o Dr. Mário Sarrubbo sempre dava respaldo e renovou o desejo de manter esse contato com o Dr. Mário Sarrubbo com ele como Procurador-Geral de Justiça e o Dr. Tiago como integrante do Conselho Superior visando o sucesso da Instituição. Registrou voto de louvor ao Dr. Mário Sarrubbo, ao Dr. Paulo Penteado, da APMP, e ao Dr. Paulo Sérgio, da ESMP, pelas manifestações em defesa ao Estado Democrático de Direito pois foi

muito importante dentro do contexto que estão sendo levadas algumas notícias e este posicionamento demonstra que o Ministério Público está atento à situação. Registrou voto de elogio ao Procurador-Geral de Justiça pelo aviso encaminhado à classe dando conta que os colegas podem contar, em razão das pressões que estão sofrendo das prefeituras, com a Procuradoria-Geral para tirar um pouco da crítica que a opinião pública está fazendo sobre os colegas. Esse aviso foi muito interessante e é um respaldo para que os colegas possam trabalhar sabendo que a Procuradoria-Geral de Justiça encampa a atividade deles. Isso é muito importante para cada um. Elogiou o CAO Cível e Criminal pelo trabalho de ajuda aos Promotores de Justiça que estão brigando na linha de frente. O Conselheiro Sarrubbo agradeceu as palavras do Conselheiro Tiago e reiterou sua alegria em trabalharem juntos neste Colegiado. **4.5.** A Conselheira Mônica cumprimentou o Dr. Sarrubbo pela posse no cargo de PGJ, e registrou que é uma honra integrar este Colegiado que está sob sua presidência. Relembrou as propostas elencadas pelo Dr. Sarrubbo para a gestão da Procuradoria-Geral e que, embora o desafio seja grande, sua capacidade de trabalho e competência também o são, desejando-lhe sucesso neste biênio que se inicia. Aderiu aos cumprimentos feitos pelo Conselheiro Tiago à Procuradoria-Geral, à APMP, pelas notas públicas oportunas emitidas por ocasião das manifestações antidemocráticas ocorridas no último domingo, 19/04, e ampliou estes cumprimentos ao Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União na pessoa de sua Presidente, Doutora Tereza Exner, Corregedora-Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo. O Conselheiro Sarrubbo disse que a honra é dele por participar desse Conselho Superior e agradeceu suas palavras. **4.6.** O Conselheiro Demercian cumprimentou o Procurador-Geral de Justiça, Dr. Mário Luiz Sarrubbo, a Corregedora-Geral, Dra. Tereza Exner, e os demais colegas de Conselho e disse que, considerando que se conhecem há muito tempo e o tempo que estão na Instituição, que a hipocrisia não é um de seus defeitos e àqueles que o conhecem sabem que é uma pessoa complicada como dizem aqui e acolá, e que na última reunião do Conselho Superior, na despedida do Dr. Smanio, seu amigo de longa data, fez questão de enaltecer as suas qualidades como pessoa, por sua cordata e educada e que sempre se posturou dessa maneira e que deixou consignado seu protesto quanto à manifestação contra o Governador do Estado que, a pretexto de preservar a autonomia e independência do Ministério Público nomeou o Dr. Sarrubbo como Procurador-Geral de Justiça enquanto a expressão da classe tenha sido distinta. Ressaltou esse aspecto porque naquela oportunidade deixou claro que a escolha foi feita e temos um Procurador-Geral de Justiça que se dedicará pelos próximos dois anos à essa nobre e relevantíssima função e registra pública e abertamente que deseja uma profícua

gestão e reitera que espera que V. Excelência saiba com equilíbrio, com ponderação e com trabalho, e acima de tudo com independência, à frente do maior Ministério Público do país, e deixando claro que o que interessa e move a atuação do Ministério Público é o interesse público, a defesa da sociedade, a fiscalização pró-ativa e intransigente inclusive do próprio poder nomeante, abominando a submissão e subserviência porque o Ministério Público, a partir da Constituição Federal de 1988, é o próprio fiscal do poder. Deixou claro que, não obstante as divergências políticas e institucionais e projetos políticos, seu empenho é um empenho em tornar a gestão do Procurador-Geral de Justiça exitosa porque a classe e a sociedade, a quem o Ministério Público representa, ganham com isso. Registrou também que o gabinete de crise é algo fundamental para este momento de pandemia, e está bem preocupado com as notícias que andam circulando pela mídia e jornais considerando o que aconteceu no estado do Amazonas, em que foi aprovada uma compra de ventiladores mecânicos com valores 316% acima do valor de mercado tendo a venda sido feita por uma empresa especializada em vendas de vinhos. Isso vai gerar um sério problema daqui pra frente porque os nossos promotores de justiça de patrimônio público terão sérios problemas com esse período de exceção da pandemia e aqui no Estado de São Paulo estamos verificando problemas graves, como a questão anteriormente mencionada de São José dos Campos, cidade em que está sendo feita uma abertura sem nenhuma sistematização contrariando orientações de ordem médica. Registrou sua preocupação com um segundo problema: o gasto de cinco milhões de reais no Estado de São Paulo na aquisição de radares móveis para estradas paulistas com dispensa de licitação em nome da pandemia. É uma grande preocupação minha e que chegarão porque envolvem improbidade administrativa e um período em que há dispensa de licitação por conta do grave problema da pandemia, questionando o Procurador-Geral de Justiça acerca das questões levantadas. Reiterou que estará aqui para cooperar com a gestão do Ministério Público, um Ministério Público eficiente, pró-ativo, uma instituição autônoma e com Promotores independentes. Agradeceu e desejou sucesso ao Procurador-Geral de Justiça. Respondeu o Conselheiro Sarrubbo que sua história e a história do Conselheiro Demercian de mais de 30 anos de Ministério Público, mostra que não nos submeteríamos a uma eleição e nomeação que maculasse a Instituição, notadamente pela traição aos seus pilares fundamentais que são a independência e a autonomia. Tenha certeza de que a gestão à frente da PGJ será uma gestão independente como sempre foi a nossa história à frente do Ministério Público. Tomaremos as medidas que precisaremos tomar e seja contra quem for porque a nossa alma é de Promotor de Justiça, apesar de ser Procurador de Justiça, como disse em meu discurso de posse diante do

Órgão Especial do Colégio de Procuradores. Disse que a preocupação do Conselheiro Demercian é pertinente em relação às licitações e já era nossa preocupação tanto que falou por telefone hoje pela manhã com o Presidente do Tribunal de Contas para que, aproveitando o convênio que existe entre o Ministério Público e o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo para que as contas dos Municípios, das compras emergenciais relacionadas à COVID-19, possam vir de forma mais rápida ao MP para que possamos acompanhar eventuais desvios, inclusive nos municípios do interior do Estado de São Paulo. Tudo isso será investigado, inclusive os casos mencionados pelo Conselheiro Demercian, será objeto de apreciação. Faremos esse canal com o Tribunal de Contas para que o fluxo seja mais rápido e para que o Ministério Público possa atuar, até mesmo preventivamente, nessa questão dos gastos públicos porque está aberta uma janela de oportunidade muito grande para dispensa de licitação que nem sempre é o caso. **4.7.** O Conselheiro Vidal cumprimentou o Dr. Sarrubbo pelo início da gestão e desejou-lhe felicidade nessa nova empreitada e aderiu ao voto do Conselheiro Tiago e da ampliação feita pela Conselheira Mônica, cumprimentando a Procuradoria-Geral de Justiça, a Associação Paulista do Ministério Público e o Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público em relação aos pronunciamentos feitos, todos eles oportunos, adequados e necessários nesse momento ante o teor das manifestações realizadas. **4.8.** O Conselheiro Nusdeo registrou seu prazer em ser esta a primeira reunião de muitas e a alegria de estarmos todos juntos e aderiu às manifestações do Dr. Tiago e da Dra. Mônica pelas manifestações da APMP e do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público por ocasião das manifestações contrárias à democracia que assistimos nos últimos dias, ressaltando o papel da Corregedora-Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo que integra esta reunião. Cumprimentou o dileto amigo Mário, companheiro de almoços e festas, e registrou o privilégio ainda maior de saudar o colega Mário Luiz Sarrubbo que com sua história institucional que muito o gabarita para exercer a função que inicia agora. Registrou que, apesar dos incontáveis desafios, tem certeza que com seu temperamento sereno e aberto, da sua enorme capacidade de sempre somar e nunca dividir, o Ministério Público está seguro na mão deste competente timoneiro para navegar as águas turbulentas que se avizinham e desejou-lhe, do fundo do coração, muito sucesso e muitas realizações nessa empreitada. O Conselheiro Sarrubbo agradeceu as palavras do Conselheiro Nusdeo e sua felicidade de integrar o Colegiado com ele e os Conselheiros Vidal e Tiago. **4.9.** O Conselheiro Arual saudou o Procurador-Geral, Dr. Mário Sarrubbo, e que, por já ter integrado o Conselho Superior, sabe a dificuldade que é estar no final da ordem de votação porque os pares já exauriram tudo o que deveria ser dito e que se pretendia falar.

Registrou seu voto de boas vindas ao Conselho Superior e votos de que sua gestão seja marcada pelo sucesso e que o Ministério Público neste biênio, até 2022, cresça e apareça nas páginas douradas dos meios de comunicação, como já foi dito anteriormente pelos colegas. Registrou que a manifestação de domingo para segunda-feira foi a primeira estocada e mostrou para que, como é e por que o Ministério Público chegou e saber que o MPSP não vai deixar de cumprir suas missões constitucionais, como deixou claro o Dr. Sarrubbo e sem nenhuma entrelinha. Cumprimentou-o pela criação do gabinete de crise que é integrado pelo Dr. Vidal Serrano, representando o Conselho Superior, num momento em que temos que estar presentes em todos os campos de batalha. Registrou o pedido ao Conselheiro Secretário Cosenzo de incluir o Dr. Sarrubbo no grupo de Whatsapp dos Conselheiros. Registrou também sua preocupação, que é a do Conselheiro Demercian também, considerando a informação pelo Conselheiro Secretário Cosenzo de que o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo retomará gradativamente seus trabalhos, e suspendendo a tramitação de processos físicos, sendo este cenário demorado para o Conselho Superior visto que os procedimentos são físicos, ao que respondi a esta publicação que penso que a partir de maio teremos que pensar numa estratégia senão a paradeira será geral com consequências nas comarcas pois “os que devem ser fiscalizados estão à solta e aproveitando”, registrando a necessidade de pensarmos em uma saída para os colegas e dinamizar os casos urgentes que vierem a este Colegiado no que se relaciona à COVID-19, como temos feito nas últimas reuniões. Desejou ao Dr. Sarrubbo uma profícua gestão e que este colegiado, como disse o Conselheiro Antônio Nery, está ombreado com o Procurador-Geral de Justiça na condução da Procuradoria-Geral de Justiça e que possamos ser co-autores na escritura de uma página que marque e orgulhe a nossa Instituição quando a deixarmos e sermos lembrados com muito orgulho por aqueles que nos sucederem. O Conselheiro Sarrubbo agradeceu as palavras do Conselheiro Arual e reiterou a gestão compartilhada para escrever a Administração Superior uma página da Instituição tendo a Administração Superior (Conselho Superior, Órgão Especial e Corregedoria-Geral) condições de levar a Instituição para um patamar acima do que está hoje. Concordou que se deve pensar no futuro, na saída do isolamento e no retorno ao trabalho e no fluxo das questões relacionadas com licitações, infância e saúde e outras questões importantes que o Conselho não pode deixar de tratar não obstante as dificuldades das reuniões virtuais. Informou que já há um plano para que tudo no MP passe a ser digital, inclusive a porta de entrada, e digitalizado e não haja mais nada físico, salvo o que venha a ser trazido pela população. Informou também que, aproveitando o final do contrato das Centrais Facilitadoras dos inquéritos criminais, possamos digitalizar todo o resto, para que não haja

nada mais físico tramitando dentro da Instituição. **4.10.** O Conselheiro Secretário Cosenzo já havia cumprimentado a todos na indicação do Conselheiro Vidal para integrar o Gabinete de Crise como representante do Conselho Superior e agradeceu pela receptividade de todos e comunicou a saída da Dra. Daniela Priante da Assessoria Jurídica do Conselho Superior, pois passará a integrar a Assessoria de Designações da Procuradoria-Geral, e será substituída pela Dra. Flávia Helena Gonçalves Teixeira, colega que estava atuando no CAEx, cuja saída já foi autorizada pelo Procurador-Geral de Justiça. Relembrou e reiterou o pedido feito quando o Conselheiro Sarrubbo ainda era Subprocurador-Geral de Justiça de Políticas Criminais e Institucionais, para que, assim que tomarem posse os Promotores de Justiça Substitutos, possamos contar novamente com o quinto assessor, completando o quadro hoje desfalcado. Agradeceu o Dr. Sarrubbo por ouvir essa demanda do Conselho e fazer os trâmites para a substituição. Registrou, considerando que, desde que se iniciaram as reuniões extraordinárias virtuais este colegiado tem homologado demandas urgentes, cujo deliberação unânime foi para a imediata distribuição dos feitos com urgência, enquanto os feitos de trâmites ordinários deveriam aguardar o restabelecimento dos prazos para publicação de editais e, considerando que tem feito em nome de todos os Conselheiros, uma análise prévia de admissibilidade da urgência, reitere-se, ante a suspensão dos prazos, mas considerando a questão levantada pelo Procurador-Geral e pelo Conselheiro Demercian sobre o problema de São José dos Campos e o grave momento de epidemia em que vivemos, faço a proposta para que cada colega faça análise de admissibilidade ou de mérito e fique prevenido acerca do procedimento digitalizado recebido, quando retornar ao Conselho. O Conselheiro Secretário Cosenzo informou sua atuação constante, junto com o Conselheiro Arual, representante do Conselho junto ao CTIC, para aperfeiçoamento e informatização das manifestações de interesses e movimentações da carreira, bem como visando a digitalização de todo o enorme acervo físico encaminhado ao Conselho Superior, ante a boa notícia do Procurador-Geral acerca das Centrais Facilitadoras. Aderiu aos votos propostos ao Procurador-Geral, à Corregedora-Geral, à Associação Paulista do Ministério Público e gostaria de estender esses votos ao Conselho Nacional de Procuradores-Gerais e à CONAMP, que demonstraram a irresignação contra a brutalidade da afronta à democracia mais longeva da nossa história, e ameaçar a liberdade do Ministério Público e à própria Constituição Federal, mormente porque dentre nossas missões, uma das mais graves está a de zelar pelo regime democrático. Por final, quero me dirigir ao Procurador-Geral de Justiça Mário Sarrubbo, com uma palavra de respeito, admiração e carinho, quem tenho uma amizade trintenária, familiar, e fraterna, reafirmando que tive a satisfação de apoiar o Dr. Mário Sarrubbo, da mesma forma

que os Conselheiros Arual, Demercian e Vidal apoiaram o Dr. Antônio Carlos da Ponte, e que ambos os candidatos à PGJ disseram que a classe sinalizou mudanças no nosso perfil e de atuação junto à sociedade, de uma forma mais contínua e sermos efetivos fiscais da lei frente. Tenho a absoluta certeza de que o Dr. Mário Sarrubbo por sua história de independência e comprometimento com o Ministério Público, e de consequência com a sociedade, será um grande Procurador-Geral. Fico mais feliz porque a pessoa Mário Sarrubbo conjuga a Administração no MP na primeira pessoa do plural: “nós”. Registrou que é importante que o Dr. Mario Sarrubbo tenha uma oposição séria, responsável, decente e leal, e, citando Victor Hugo: “tomara que você tenha adversários mas que dentre eles você tenha algum que seja correto, que seja ético e mostre efetivamente aquilo que deve ser feito.”. Desejo, como é do espírito democrático, que os tenha nos ex-adversários políticos, mas se não tiver, na pior hipótese, encontrará três críticos éticos, competentes e que respeitam fraternamente os integrantes do Ministério Público, que são os outros três colegas citados e que integram este Colegiado. Desejou-lhe sorte e que Deus o proteja, porque protegendo a sua pessoa e Administração, protegerá a todos nós e a sociedade sofrida, aflita pois não sabe a sorte que aguarda após esse período de travessia terrível, mas antevê desemprego, violência, tristeza, ausência de direitos sociais, e sobretudo o medo. Penso que seremos todos diferentes após esse período, diferentes e possivelmente melhores, e para sermos diferentes amanhã, necessitamos ser iguais e unidos nesse desafio. Reiterando êxito na gestão, reafirmou que o Conselho Superior será extremamente importante na implementação das políticas do Ministério Público. O Conselheiro Demercian agradeceu suas palavras e disse que o Dr. Cosenzo pegou o espírito de seus sentimentos. O Procurador-Geral agradeceu as palavras do Conselheiro Secretário Cosenzo e reiterou que é importante o diálogo político, porque assim se fortalece a democracia interna e a Instituição. Quanto à questão das distribuições concordou com a proposição do Dr. Cosenzo. **4.11.** A Conselheira Tereza agradeceu as palavras dos Conselheiros que antes falaram e disse: “Boa tarde a todos os ilustres colegas deste E. Conselho Superior do MP, bem como aos prezados funcionários. Quero dar minhas sinceras boas-vindas ao Exmo. Procurador-Geral de Justiça, Dr. Mário Luiz Sarrubbo.

Cumprimentá-lo pelas palavras e excelentes propostas de gestão hoje apresentadas, e desejar a V. Exa. muito sucesso na condução do nosso Ministério Público de São Paulo de tão grandiosa história construída por tantos. Vivemos tempos muito desafiadores!!!! A todos os sérios problemas de ordem social, econômica, comportamental e de valores que já assolam a humanidade, enfrentamos agora também a terrível pandemia do Coronavírus, infligindo ao planeta a maior crise

humanitária desde a segunda guerra mundial e, em termos econômicos, a mais acentuada desordem desde a grande depressão de 1929. A historiadora e antropóloga Lilia Schwarcz, professora da USP e de Princeton, nos EUA, sugere ser a pandemia do coronavírus o marco indicativo do fim do século 20. E arremata "... a experiência humana é que constrói o tempo". E como serão esses novos tempos? Quais as boas experiências humanas que devemos utilizar como material para construção segura e solidária desse novo mundo? Se toda a sociedade deve estar muito atenta às novas exigências a sua frente, ao Ministério Público a sociedade pede ainda mais: que se organize para o desempenho de suas nobres funções no novo cenário ainda tão mal delineado. Para nós, uma questão de primordial importância se coloca: qual significado concreto terá a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis em uma sociedade impactada por tantas transformações econômicas, sociais, comportamentais, sanitárias, demográficas e outras? Excelência, sou uma inveterada otimista. Venho de uma família de imigrantes, como muitos aqui presentes. E, bem sabemos: os que saem da terra natal, deixam para trás seus costumes, seus familiares e seus amigos em busca de paz e de tolerância são dotados de muita coragem e grande otimismo e de enorme esperança. Imbuída do mesmo otimismo e da mesma esperança de meus ancestrais, nos primeiros meses deste ano, somando esforços com Exmo. Vice-Corregedor, Dr. Motauri Ciochetti de Souza, grande colega e amigo, percorri todas as sedes regionais do MP, enfatizando a necessidade de respeito e de união dentro de nossa Instituição e de trato pautado pelo profissionalismo para com todos os demais representantes dos Poderes Constituídos, as partes e as pessoas que nos procuram e a quem o legislador nos distinguiu com a honrosa função de servir. Procurei ressaltar uma crença em mim muito arraigada desde o início de minha carreira: o exercício diuturno de nossas atividades, por mais singelas e corriqueiras que sejam e por mais insignificantes que possam parecer, são novos tijolos a serem colocados na magnífica obra da construção da cidadania, ainda longe do fim em nosso País. E este difícil momento pelo qual passamos, penso eu, é mais uma prova de que sem união e sem respeito não avançaremos. E me refiro aqui à espécie humana. União e respeito entre os seres humanos e também entre o homem e a natureza. É tempo de reaprendermos a ouvir o outro. Mais do que ouvir, verbo relacionado ao conceito da pura audição, devemos reaprender a escutar o outro. Esse é o vocábulo correto, pois agrega os conceitos de decodificação da mensagem pelo sentido da audição com o do processamento de seu conteúdo simbólico pela razão. A sociedade moderna, com suas exigências e rápidas transformações, tolheu do homem o hábito de escutar. Com isso, perdemos a capacidade de tolerar aquele que nos parece ser diferente, embora ao fim e ao cabo sejamos todos iguais.

Representação dessa triste realidade é bastante visível nas redes sociais. Falamos tanto em Democracia. Mas será que todos a vimos praticando? Não obstante todas as construções teóricas sobre esse conceito de convivência, os pensadores parecem concordar ter a democracia como principal alicerce o diálogo como constante instrumento de administração de conflitos. E o conceito de diálogo pressupõe, por suposto, os de divergência e de respeito a divergência. No momento em que o diálogo perde sua função de veículo e a perda do respeito obnubila a visão do outro, o princípio democrático se volatiliza e desaparece, dando lugar a desordem e ao autoritarismo. Afinal, se apenas quero impor minha vontade ao mundo, se não consigo respeitar a opinião do outro, então estaremos falando de qualquer outra coisa, mas não de democracia. Daí porque, reitero, democracia é também saber escutar, refletir e divergir, sempre, desnecessário dizer, com EDUCAÇÃO, na tentativa de encontrar um ponto de equilíbrio, um meio termo. E, quando essa convergência não ocorrer, seguir, cada qual em seu campo de luta, na defesa de suas ideias. Podemos errar e muitas vezes efetivamente erramos, como todos erram. Mas devemos ter sempre como norte evitar a insensatez, que desvirtua a verdade na busca vã da razão a qualquer preço. Que possamos todos, Promotores e Promotoras, Procuradores e Procuradoras de Justiça e integrantes da Administração Superior do Ministério Público seguirmos juntos nesta caminhada tão difícil, que apenas se inicia, na busca de tempos melhores para toda a sociedade paulista e brasileira, e porque não dizer, para toda a humanidade. E a Vossa Excelência, homem comprometido com a nossa Instituição, e que já emprestou tanto de sua biografia para a construção de nosso parquet paulista, tenha força, sabedoria e muita saúde para nos dirigir nesta jornada. Cumprimentou o Dr. Antônio Carlos da Ponte pela campanha propositiva e elegante, compatível com o Ministério Público esteve muito bem representado nessa disputa. Quero desejar muito sucesso, saúde e paz, muitos debates nessa linha propositiva e respeitosa, como deve ser tratada a divergência. Registrou que recebeu o relatório de colegas da região de Campinas acerca de reuniões realizadas com as Diretorias Regionais de Saúde, que também foi encaminhado à Procuradoria-Geral, e manifestou seu pleito ao PGJ e ao Conselho Superior acerca da possibilidade de criação de promotorias regionais de saúde e a nomenclatura dos cargos usando o banco de cargos de entrância intermediária. Informou, tendo por base a recomendação nº 2 do Conselho Nacional do Ministério Público, a retomada das atividades de correição e visitas de inspeção a distância por parte da Corregedoria, dentro das possibilidades e usando da tecnologia possível, revendo e alterando o cronograma. O Procurador-Geral agradeceu Dra. Tereza pelas palavras e reflexões trazidas com suas palavras acerca do momento que vivemos e entendermos a lógica

atual para sairmos para um mundo um pouco mais fraterno e senso maior de cidadania e procurando entender diferenças e dialogar. A cidadania é uma questão em pauta e percebemos o quanto é importante e o quanto as pessoas não têm esse senso. Registrou sua admiração pela Corregedora-Geral. Colocou a Procuradoria-Geral à sua disposição e seu intuito de fortalecer a Corregedoria-Geral. Informou-a e aos demais conselheiros acerca do projeto de criação das Promotorias Regionais de Saúde, Educação, Meio Ambiente e Segurança Pública e que já tramita no Órgão Especial a Promotoria Regional de Segurança Pública, um dos últimos protocolados que enviei como Subprocurador de Políticas Criminais, e que pensará se o banco de cargos da entrância intermediária será usado. Registrou ainda que se já houvesse a Promotoria Regional de Saúde Pública haveria mais unidade e orientação nesse momento que estamos vivendo e a felicitou por seu retorno às correições e visitas de inspeção. Informou o Conselheiro Antônio Nery, integrante da Comissão de Promotorias do Órgão Especial até o ano passado, que tramita na Assembléia Legislativa um projeto de lei que cria quatrocentos cargos para que a Instituição possa respirar um pouco melhor. **5 - LEITURA, DISCUSSÃO E**

VOTAÇÃO DA ORDEM DO DIA: 5.1. Relatórios Circunstanciados sobre a atuação Pessoal e Funcional dos Senhores Promotores de Justiça em Estágio Probatório, empossados em 14 de Junho de 2018, encaminhados pela Corregedoria-Geral através do Ofício nº 1.536/20 - CGMP. Trata-se do vitaliciamento dos Promotores de Justiça. O Procurador-Geral de Justiça exonerou, conforme portaria de 24.08.18, publicada no D.O.E. de 25.08.18, a pedido e a partir de 17.08.18 a Doutora MILENA STELA MARTINS, 4º Promotor de Justiça Substituto da 34ª Circunscrição Judiciária de Piracicaba; conforme portaria de 11.10.18, publicada no D.O.E. de 12.10.18, a pedido e a partir de 02.10.18 os Doutores DÉBORA CUSTÓDIO SANTOS, 4º Promotor de Justiça Substituto da 52ª Circunscrição Judiciária de Itapeceira da Serra; ELIZABETH SHALDERS DE OLIVEIRA ROXO NIGRO, 1º Promotor de Justiça Substituto da 9ª Circunscrição Judiciária de Rio Claro; FERNANDA PEREZ JACOMINI VICENTIN, 3º Promotor de Justiça Substituto da 23ª Circunscrição Judiciária de Botucatu; GILVANA MASTRANDÉA DE SOUZA, 1º Promotor de Justiça Substituto da 34ª Circunscrição Judiciária de Piracicaba; JESSICA PEDRO, 1º Promotor de Justiça Substituto da 13ª Circunscrição Judiciária de Araraquara; JULIA GONÇALVES CARDOSO, 3º Promotor de Justiça Substituto da 44ª Circunscrição Judiciária de Guarulhos; THIAGO ZAMPIERI DA COSTA, 4º Promotor de Justiça Substituto da 21ª Circunscrição Judiciária de Registro; VINICIUS JOSÉ CAETANO MACHADO DE LIMA, 2º Promotor de Justiça Substituto da 45ª Circunscrição Judiciária de Mogi das Cruzes; e, conforme portaria de 05.07.19, publicada no D.O.E. de 06.07.19, a pedido e a partir de

01.07.19 o Doutor JOÃO BOSCO LEITE DOS SANTOS JÚNIOR, 5º Promotor de Justiça Substituto da 51ª Circunscrição Judiciária de Caraguatatuba. Senhores Promotores de Justiça em Estágio Probatório, empossados em 14 de junho de 2018. 1. Allyson Fernando Venega Coradini, 1º Promotor de Justiça Substituto da 11ª Circunscrição Judiciária (Pirassununga); 2. Ana Maria Romano, 3º Promotor de Justiça Substituto da 34ª Circunscrição Judiciária (Piracicaba); 3. Bruna da Costa Nava Zambon, Promotor de Justiça de Auriflamma; 4. Bruna Ribeiro Dourado Varejão, 1º Promotor de Justiça Substituto da 19ª Circunscrição Judiciária (Sorocaba) 5. Bruno Rodriguez Caldas, 1º Promotor de Justiça Substituto da 27ª Circunscrição Judiciária (Presidente Prudente); 6. Caio Augusto de Castro Gonçalves, 5º Promotor de Justiça Substituto da 3ª Circunscrição Judiciária (Santo André); 7. Cristiano de Barros Santos, 1º Promotor de Justiça Substituto da 32ª Circunscrição Judiciária (Bauru); 8. Cyro Souza Teixeira de Carvalho Neto, 1º Promotor de Justiça de Biritama; 9. Daniel Gruenwald Lepine, 3º Promotor de Justiça Substituto da 45ª Circunscrição Judiciária (Mogi das Cruzes); 10. Danilo Keiti Goto, 3º Promotor de Justiça Substituto da 22ª Circunscrição Judiciária (Itapetininga); 11. Edson Tonini Oliveira, 1º Promotor de Justiça Substituto da 56ª Circunscrição Judiciária (Itanhaém); 12. Fabrício Pereira de Oliveira, 2º Promotor de Justiça Substituto da 20ª Circunscrição Judiciária (Itu); 13. Felipe Bragantini de Lima, 5º Promotor de Justiça Substituto da 5ª Circunscrição Judiciária (Jundiá); 14. Fernando Pinho Chiozzotto, Promotor de Justiça de Miguelópolis; 15. Flavia Flores Rigolo, 4º Promotor de Justiça Substituto da 45ª Circunscrição Judiciária (Mogi das Cruzes); 16. Giulio Chierregatti Saraiva, 1º Promotor de Justiça Substituto da 41ª Circunscrição Judiciária (Ribeirão Preto). 17. Glauco Souza Azevedo, 2º Promotor de Justiça Substituto da 11ª Circunscrição Judiciária (Pirassununga); 18. Gustavo Trincado, 8º Promotor de Justiça Substituto da 3ª Circunscrição Judiciária (Santo André); 19. Haline Barreto Afonso, 1º Promotor de Justiça Substituto da 52ª Circunscrição Judiciária (Itapeçerica da Serra); 20. Jamile Tavares, Promotor de Justiça de Junqueirópolis 21. Joana Franklin de Araujo, 3º Promotor de Justiça Substituto da 19ª Circunscrição Judiciária (Sorocaba); 22. João Augusto de Sanctis Garcia, Promotor de Justiça de Iepê; 23. José Franclin Andrade de Souza, 2º Promotor de Justiça Substituto da 18ª Circunscrição Judiciária (Fernandópolis); 24. Julia Fernandes Caldas, Promotor de Justiça de Paranapanema; 25. Laís Bazanelli Marques dos Santos, 2º Promotor de Justiça Substituto da 3ª Circunscrição Judiciária (Santo André); 26. Lana Drapier Albuquerque Zaidowicz, 5º Promotor de Justiça Substituto da 19ª Circunscrição Judiciária (Sorocaba); 27. Leticia Macedo Medeiros Beltrame, 2º Promotor de Justiça Substituto da 10ª

Circunscrição Judiciária (Limeira); 28. Letícia Nanni Rodriguez Sakauê, 2º Promotor de Justiça de Pirapozinho; 29. Lorrana Larissa Coqueiro, 1º Promotor de Justiça Substituto da 45ª Circunscrição Judiciária (Mogi das Cruzes); 30. Lucas Mostaro de Oliveira, 2º Promotor de Justiça Substituto da 46ª Circunscrição Judiciária (São José dos Campos); 31. Marlon Roberth de Sales, 3º Promotor de Justiça de Adamantina; 32. Mateus Victor Ribeiro de Castilho, 3º Promotor de Justiça Substituto da 31ª Circunscrição Judiciária (Marília). DR. VIDAL: 33. Matheus Felipe Bassan de Medeiros, 2º Promotor de Justiça Substituto da 1ª Circunscrição Judiciária (Santos); 34. Natália Rosalem Cardoso, Promotor de Justiça de Cananéia; 35. Nelson Aparecido Febrão Junior, 1º Promotor de Justiça Substituto da 31ª Circunscrição Judiciária (Marília); 36. Paula Alessandra de Oliveira Jodas, 1º Promotor de Justiça Substituto da 10ª Circunscrição Judiciária (Limeira); 37. Pedro Fernandes Castelo Maciel, 1º Promotor de Justiça Substituto da 47ª Circunscrição Judiciária (Taubaté); 38. Pedro Rafael Nogueira Guimarães, 3º Promotor de Justiça Substituto da 49ª Circunscrição Judiciária (Itapeva); 39. Pedro Vinícius Meneguetti Martins, 1º Promotor de Justiça de Lucélia; 40. Rafael Tsuguo Bernhardt Hayashi, 1º Promotor de Justiça Substituto da 22ª Circunscrição Judiciária (Itapetininga); 41. Rafaela Trombini, 2º Promotor de Justiça Substituto da 22ª Circunscrição Judiciária (Itapetininga); 42. Rebeca Barbosa Leite da Freiria Estevão, 1º Promotor de Justiça Substituto da 7ª Circunscrição Judiciária (Mogi Mirim); 43. Regiane Maria Heil, 1º Promotor de Justiça Substituto da 51ª Circunscrição Judiciária (Caraguatatuba); 44. Renata Andreia dos Santos, 2º Promotor de Justiça de Mirandópolis; 45. Renata Rojo Rodrigues, 5º Promotor de Justiça Substituto da 41ª Circunscrição Judiciária (Ribeirão Preto); 46. Renato Gonçalves Azevedo, Promotor de Justiça de Ouroeste; 47. Rodrigo Lucio dos Santos Borges, 4º Promotor de Justiça Substituto da 51ª Circunscrição Judiciária (Caraguatatuba); 48. Ruan Manconi Milani, 2º Promotor de Justiça de Rancharia; 49. Thais Nascimbeni Buchala Hidd, Promotor de Justiça de Apiaí; 50. Thalita Marques do Nascimento, 10º Promotor de Justiça Substituto da 3ª Circunscrição Judiciária (Santo André); 51. Thomás Oliver Lamster, 4º Promotor de Justiça Substituto da 3ª Circunscrição Judiciária (Santo André); 52. Valério Moreira de Santana, 1º Promotor de Justiça de Ilha Solteira; 53. Victor Ribeiro Travain, 3º Promotor de Justiça Substituto da 28ª Circunscrição Judiciária (Presidente Venceslau); 54. Vinícius Barbosa Scolanzi, 2º Promotor de Justiça de Ilha Solteira; 55. Vinicius Henrique de Resende, 3º Promotor de Justiça Substituto da 41ª Circunscrição Judiciária (Ribeirão Preto); 56. Willian Ortis Guimarães, 1º Promotor de Justiça de Mirandópolis. 57. Yuri Fisberg, 2º Promotor de Justiça de

Pacaembu. Submetidos os relatórios apresentados pelos respectivos Conselheiros designados, foram todos aprovados por unanimidade, pelo vitaliciamento. **5.2.** Declínio de atribuição para outra unidade ministerial (SIS MP nº 43.0739.0004116/2020-7; Promotoria de Justiça de Ribeirão Preto; Interessada: Nicole Serotine Manzan; Tema: Educação) (Relatora Conselheira Mônica). A 1ª Turma acompanhou o voto da Relatora Conselheira Mônica. Aprovado por unanimidade. **6 – CIÊNCIA DE PROTOCOLADOS:** **6.1.** (09/04/2020) Ofício encaminhado pelo Doutor Gilberto Nonaka, Ouvidor do Ministério Público de São Paulo, contendo o primeiro relatório do primeiro trimestre de 2020 referente às atividades da Ouvidoria. **6.2.** (13/04/2020) Ofício encaminhado pela Doutora Tereza Cristina Maldonado Katurchi Exner, Corregedora-Geral do Ministério Público, contendo o relatório de atividades realizadas pela Corregedoria-Geral no mês de março de 2020. **7 – SESSÃO PÚBLICA DE JULGAMENTO DE INQUÉRITOS CIVIS, PEÇAS DE INFORMAÇÃO E EXPEDIENTES CONEXOS** – Dando continuidade aos trabalhos, procedeu-se ao julgamento dos inquéritos civis, peças de informação e expedientes conexos pautados, sendo julgado 1 (um) pela 1ª Turma. **8 – ENCERRAMENTO** – Cumprida a pauta, restou definido que a próxima reunião ordinária ocorrerá no dia 28 de abril de 2020 (terça-feira), às 14hs. Nada mais havendo a relatar, eu, José Carlos Cosenzo, Secretário do Conselho, lavrei a presente ata. Aprovada, segue assinada por mim e pelos demais membros do Conselho Superior do Ministério Público que dela participaram. Observações: 1-) A ata está sendo publicada por extrato, de conformidade com o que preceituam a Lei Orgânica Nacional (artigo 15, § 1º), a Lei Orgânica Estadual (artigo 35, § 3º) e o Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público (artigo 14, inciso XII, item “1”; artigo 15, incisos II e XII, item “1”; e artigo 43, § 1º). 2-) A íntegra da ata será disponibilizada no site do Ministério Público, na área de acesso reservado aos seus membros.